court — Joaquim José de Andrade e Silva Abranches — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — Pedro Teotónio Pereira — Rafael da Silva Neves Duque.

Inspeção de Seguros

Em harmonia com o que dispõe o § 2.º do artigo 42.º do decreto n.º 27:649, de 12 de Abril de 1937, mediante proposta da Inspeção de Seguros, por despacho de 30 de Junho último de S. Ex.ª o Sub-Secretário de Estado das Finanças, foi alterada a tabela constante do citado artigo 42.º, devendo acrescentar-se-lhe o seguinte:

O quantitativo da caução a prestar pelas entidades patronais que só tenham transferido para sociedades de seguros legalmente autorizadas o risco de incapacidades permanentes e casos de morte é de 10 por cento dos valores que, nos termos deste artigo, sejam calculados, devendo as respectivas sociedades de seguros enviar à Inspeção de Seguros o duplicado da competente apólice.

Inspeção de Seguros, 2 de Julho de 1937.—Pelo Inspector Chefe, *Rinaldo José Cabral Feliz Campeão*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

7.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Declara-se que o Sub-Secretário de Estado das Finanças, por seu despacho de 25 de Junho último, autorizou que a verba do orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros do corrente ano económico consignada a despesas de anos económicos findos, descrita no artigo 33.º, capítulo 5.º, seja aplicada independentemente do vencimento dos respectivos duodécimos.

7.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 2 de Julho de 1937.—O Chefe da Repartição, *M. S. Navarro*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 27:827

Com fundamento no disposto no artigo 35.º e sua alínea b) do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930, e mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças,

nos termos do artigo 9.º do decreto n.º 22:470, de 11 de Abril de 1933;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Educação Nacional, um crédito especial da quantia de 4.500\$, destinado a reforçar a verba inscrita no capítulo 4.º, artigo 610.º «Despesas de higiene, saúde e conforto», n.º 1) «Luz, aquecimento, água, etc.», do orçamento do segundo dos mencionados Ministérios para o corrente ano económico, em relação aos seguintes liceus:

Liceu Latino Coelho, em Lamego	4.000\$00	
Liceu Nun'Álvares, em Castelo Branco	500\$00	4.500\$00

Art. 2.º São anuladas as seguintes importâncias no capítulo 4.º do orçamento para o mesmo ano económico nas dotações a seguir indicadas:

Liceu Latino Coelho, em Lamego

No artigo 608.º — Despesas de conservação e aproveitamento do material:

1) De imóveis:	
a) Prédios rústicos	800\$00
b) Prédios urbanos	1.000\$00

2) De móveis:	
a) Máquinas, aparelhos, instrumentos e utensílios	200\$00
b) Mobiliário	1.000\$00

No artigo 609.º — Material de consumo corrente:

2) Diversos não especificados, incluindo artigos de expediente e encadernações, assinaturas de jornais, etc.	1.000\$00
--	-----------

Liceu Nun'Álvares, em Castelo Branco

No artigo 612.º — Diversos serviços:

1) Abonos para pagamento de serviços não especificados	500\$00
--	---------

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 7 de Julho de 1937.—
ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *António Faria Carneiro Pacheco*.